

No dia 03 de março, o jornal O Estado de S. Paulo repercutiu um tema que já falamos há tempos – o processo de envelhecimento populacional no país. “[Como enfrentar despesas de saúde dos mais velhos](#)”, do colunista Celso Ming mostra os desafios de se buscar o equilíbrio financeiro dos sistemas de saúde no país frente a este cenário já enfrentado por outros países, como Reino Unido, França e Alemanha.

O autor aponta que no Sistema Único de Saúde (SUS), as despesas assistenciais podem atingir R\$ 115 bilhões por ano em 2030, ao passo que hoje estão em torno de R\$ 45 bilhões. As doenças crônicas que atingem a população idosa impactam fortemente nestes números. Para se ter uma ideia, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam que, em 2030, o Brasil contará com mais de 223 milhões de brasileiros, sendo 18,62% com 60 anos ou mais. Em 2000, essa faixa etária correspondia a 8,21%, para uma população de 173,45 milhões.

Já para a saúde suplementar, o artigo utiliza nossas projeções de gastos assistenciais das operadoras. Divulgado em 2016, o [TD 57 – “Atualização das projeções para a saúde suplementar de gastos com saúde: envelhecimento populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro”](#) – já alertava para a necessidade de se redimensionar a rede de atendimento e desenvolver ações focadas em promoção da saúde. O estudo aponta que, até 2030, os planos de saúde devem contar com 59,4 milhões de vínculos e os gastos assistenciais chegariam a R\$ 396,4 bilhões ao ano. Um avanço de 268,4% em comparação a 2014.

O caminho apontado no artigo do jornal O Estado de S. Paulo é exatamente aquele que falamos há anos: ampliar o debate das necessidades assistenciais desses idosos; mudança no modelo assistencial focando na promoção da saúde e cuidados integrados; formação de mão de obra no volume e na qualidade suficientes para esta transformação etária e epidemiológica, entre outras ações.

O especialista Alexandre Kalache, gerontólogo e presidente do Centro Internacional da Longevidade no Brasil, reforça esta necessidade da atenção primária, com acompanhamento médico contínuo e focado no indivíduo, não na doença. Este tema, inclusive, foi um dos [vencedores](#) da última edição do [Prêmio IESS](#).

Portanto, os dados e uma agenda de ações não são novidade. Resta saber se os setores de saúde irão aproveitar essa latente necessidade para remodelar a gestão e o modelo assistencial vigente, buscando garantir sua sustentabilidade.

**Fonte:** IESS, em 06.03.2018.